MP-CE

Analista Ministerial - Área: Direito

SIMULADO INÉDITO

A CASA DO SIMULADO

MPCE

DEMONSTRAÇÃO DO SIMULADO INÉDITO COM VISUAL REPAGINADO NO ESTILO DE CEBRASPE/2020

ANALISTA LEGISLATIVO - DIREITO

INFORMAÇÕES GERAIS

- **DURAÇÃO: 4 HORAS E 30 MINUTOS**
- **MODALIDADE: CERTO OU ERRADO**
- **120 QUESTÕES**

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS BÁSICOS..... 1
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS..... 4
PROVA DISCURSIVA..... 8

SOBRE O SIMULADO

As questões do simulados são inéditas, ou seja, não são da banca CESPE/CEBRASPE, mas são inspiradas nela. Além disso, o visual foi adaptado da prova da banca para que a simulação seja a mais próxima possível da realidade. Todos os créditos pela inspiração visual e pela forma de criar as declarativas que compõem o simulado vão para a banca organizadora CESPE/CEBRASPE.

PROTEÇÃO DOS MATERIAIS

Este material não pode ser divulgado sem a devida autorização da equipe: A Casa do Simulado.

Acesse a lei dos direitos autorais a seguir e se informe:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm

Este arquivo é pessoal e pertence unicamente ao titular da compra. Todos os dados do comprador estão criptografados no código fonte do arquivo (.pdf), portanto não compartilhe seu material pois estará espalhando suas próprias informações pessoais.

TERMOS DE USO

Se restou alguma dúvida, releia os termos de uso no link abaixo:

- **TERMOS DE USO 💻**

A CASA DO SIMULADO

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva:** ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "Espaço livre" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Por que os casos de caxumba continuam crescendo no Brasil, apesar da vacina? A chegada do inverno e a queda na cobertura vacinal em todo o Brasil acendem um alerta: além do risco da volta de doenças já erradicadas no país, como sarampo e poliomielite - pacientes com caxumba também voltam a elevar a procura por atendimento em emergências de hospitais e postos de saúde.

O Ministério da Saúde não tem dados consolidados sobre a doença no Brasil, já que ela não é de notificação compulsória, ou seja, as unidades de saúde não são obrigadas a registrar quantos casos atendem. No entanto, informações coletadas de veículos de comunicação e secretarias da saúde revelam que ao menos seis Estados -São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Sergipe e Amazonas - registram surtos cada vez maiores da doença desde 2016.

No Estado de São Paulo, foram observados dez surtos de caxumba em 2018, com 55 casos. Em 2017, foram 141 surtos com 739 casos, segundo dados da Secretaria de Saúde do Estado. No Rio de Janeiro, só a capital registrou 19 surtos em 2017. O surto ocorre quando há dois ou mais casos de uma doença em um mesmo local, como escola, creche, empresa, entre outros. Em todos os Estados, a ocorrência da infecção foi registrada principalmente em adolescentes e jovens.

Internet:<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44868359>

De acordo com o texto, julgue os itens a seguir.

1 A cada caso de caxumba, que pode ser definido como surto, implica em um problema de saúde pública.

2 A desnecessidade da comunicação dos casos de caxumba dificulta a projeção de dados do Ministério da Saúde sobre a doença.

A partir da inferência textual, julgue os itens a seguir.

3 Há uma diferença conceitual entre os termos "**erradicados**" e "**extintos**".

4 As infecções de caxumba atingiram parte da população adulta.

5 De acordo com as informações coletadas de veículos de comunicação e secretarias de saúde, os surtos ocorreram em apenas seis Estados, mas podem se alastrar para qualquer parte do país.

De acordo com os aspectos linguísticos e gramaticais do texto, julgue os itens a seguir.

6 O primeiro período do texto contém elementos concessivos.

7 O trecho, "A chegada do inverno e a queda na cobertura vacinal" (l.2 e 3), possui erro de paralelismo quanto à regência nominal.

8 Ortograficamente, as palavras "**saúde**" e "**ocorrências**", retiradas do texto, são acentuadas pela mesma regra gramatical.

9 O termo, "No entanto" (l.10), pode ser substituído por "**Portanto**", sem prejuízo gramatical ou semântico ao trecho.

10 O texto é classificado, predominantemente, como narrativo.

11 O verbo "há" (l.19) pode ser substituído por "**existe**" sem prejuízo gramatical ou semântico ao período.

12 A estrutura "elevar a procura" (l.5) pode ser substituída por "**crescer a demanda**" sem alterar o sentido ou a correção gramatical do texto.

13 As partículas "**que**" (l.8) e "**que**" (l.11) possuem funções morfológicas distintas.

14 O trecho "Em todos... jovens." (l.20 a 22) pode ser reescrito como "**Registrou-se, sobretudo sobre adolescentes jovens, a ocorrência de infecção em todos os Estados**".

Retirado: Quino.

A partir da tirinha, julgue os itens a seguir.

15 A abordagem de Mafalda perante a humanidade, ao contrário da mãe, é pessimista.

16 O termo, "Sua Danada", é classificado sintaticamente como aposto explicativo.

17 A linguagem usada na tirinha possui traços de coloquialidade.

Acerca dos conceitos sobre redação oficial, julgue os itens a seguir.

18 Para que a comunicação seja clara e concisa, basta que seja isenta de jargões técnicos.

19 O fecho de tratamento usado para autoridades de mesma hierarquia é o "atenciosamente".

20 Em toda comunicação oficial, é obrigatória a identificação do signatário.

Julgue os itens a seguir, à luz da Constituição do Estado do Ceará.

21 A criação de associações independe de autorização, além disso é vedada a interferência estatal no seu funcionamento.

22 Cabe ao Estado do Ceará, em conjunto com a União, impedir a retenção e a caracterização de obra de arte e outros bens de valor histórico.

23 Constituem símbolos do Estado do Ceará, além da bandeira, o hino e as armas.

24 O estabelecimento de privilégios entre cidadãos brasileiros está vedado ao Estado do Ceará.

25 É de competência da Câmara Municipal dar ampla publicidade as leis, através dos meios que dispuser.

26 Por suas opiniões, palavras e votos, os Deputados Estaduais são invioláveis, civil e penalmente.

Julgue os itens a seguir, à luz da Lei nº 9.826/1974.

27 A boa conduta e a aptidão para o cargo são requisitos para ser empossado em cargo público.

28 As formas de ascensão funcional obedecerão sempre ao critério seletivo de antiguidade.

29 O retorno ao exercício do cargo pelo funcionário que se encontrava em disponibilidade é a materialização da condição de reintegração.

30 Quando há afastamento por convocação para Serviço Militar ou júri, é considerado efetivo exercício.

31 Apenas em virtude de sentença judicial que o funcionário perderá o cargo vitalício.

Julgue os itens a seguir, à luz da Lei Complementar nº 72/2008.

32 As Promotorias de Justiça e a Junta Recursal do Programa Estadual de Proteção ao Consumidor são órgãos de Execução do Ministério Público.

33 **Situação Hipotética:** João terminou de exercer o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público há 90 dias. **Assertiva**: João é inelegível para o cargo de Procurador-Geral de Justiça.

34 A proposta de destituição do Procurador-Geral de Justiça, por iniciativa da maioria do Colégio de Procuradores de Justiça, dependerá da aprovação de três quintos de seus integrantes, mediante voto secreto.

35 Praticar atos relativos à administração geral e a execução orçamentária do Ministério Público é de competência do Procurador-Geral de Justiça.

36 O exercício de mandato de Conselheiro é facultativo.

37 O Corregedor-Geral será assessorado por Promotores de Justiça indicados por ele e nomeados pelo Procurador-Geral de Justiça.

Julgue os itens a seguir, à luz da Lei nº 8.625/1993.

38 É de competência do Conselho Superior do Ministério Público eleger os membros do Ministério Público que irão integrar a Comissão de Concurso de ingresso na carreira.

39 O membro do Ministério Público será responsável pelo uso indevido dos documentos que requisitar, exceto nas hipóteses legais de sigilo.

40 É por meio da Lei Orgânica que se estabelece a organização e o funcionamento do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.

Julgue os itens a seguir, à luz da Lei nº 14.043/2007.

41 A nomeação de parente até o terceiro grau para o cargo em comissão é vedada.

42 As jornadas de trabalho básicas dos cargos de provimento efetivo, permanente e comissionado são iguais.

43 À família do servidor, falecido em atividade ou aposentado, será concedido auxílio-funeral.

Acerca dos conceitos de ética e moral, julgue os itens a seguir.

44 A moral se refere aos costumes de determinado grupo social, estando ligada às situações práticas.

45 Para Aristóteles, a ética está ligada ao conhecimento que permite o homem chegar à felicidade.

Com relação aos princípios e aos valores éticos e morais no serviço público, julgue o seguinte item.

46 As virtudes se manifestam como um ideal voltado para a perfeição.

Acerca da ética no serviço público, da moral e do exercício da cidadania, julgue os itens a seguir.

47 O servidor público deve decidir entre o legal e o ilegal levando em conta o elemento ético de sua conduta.

48 Além do tratamento cuidadoso com os usuários dos serviços, o servidor público deve apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas para realizar o seu ofício.

Considerando o disposto na Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens a seguir.

49 Quando ocorre lesão ao patrimônio público por ação culposa do agente, o ressarcimento será equivalente ao valor integral ao dano.

50 O servidor que deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, estará cometendo ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

Espaço livre

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca dos conceitos sobre administração pública e fontes do direito administrativo, julgue os itens a seguir.

51 A jurisprudência, ao contrário dos costumes, é uma fonte secundária do direito administrativo, a qual pode, inclusive, vincular suas decisões, quando ocorre a edição de súmula vinculante ou quando um julgado recebe status de repercussão geral.

52 O governo pode ser definido como a cúpula diretiva, a qual foi investida no poder político, com a finalidade de conduzir os interesses nacionais.

Sobre os atos administrativos, agentes públicos e poderes da administração pública, julgue os itens subsequentes.

53 **Situação hipotética**: Leonardo estava trafegando em alta velocidade e realizando manobras perigosas que colocavam em risco a segurança dos demais veículos e dos pedestres em uma grande avenida de Fortaleza, quando foi parado por uma autoridade de trânsito, que aplicou e cobrou a multa no flagrante da infração. **Assertiva**: A autoridade policial agiu de forma incorreta, pois houve abuso de poder.

54 **Situação hipotética**: Um determinado ato administrativo dentro do processo administrativo foi feito contrariando a forma estabelecida pela lei. **Assertiva**: após a análise de que a forma requerida não possuía caráter essencial, foi possível convalidar o ato.

55 A regra do concurso público é inaplicável para os empregos públicos exclusivamente comissionados.

Acerca dos princípios da administração pública, responsabilidade civil do Estado e serviços públicos, julgue os itens subsequentes.

56 A moralidade administrativa está voltada à aplicação das normas legais, com base na probidade, na honestidade e na execução das atividades administrativas, porém a moralidade administrativa não se confunde com a moralidade social.

57 **Situação hipotética**: o abastecimento de água de uma cidade é feito por uma concessionária de serviço público. Ocorre que o valor do m³ da água varia em até 30% entre os bairros, no mesmo município, sem uma justificativa plausível. **Assertiva**: A situação apresenta uma manifesta violação aos princípios da cortesia e da continuidade.

58 Para se configurar a responsabilidade subjetiva do Estado, no caso de omissão, é prescindível que haja, de forma pretérita à conduta, disposição legal que obrigava a administração pública a agir.

Sobre a organização administrativa do Estado e as formas de controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

59 **Situação hipotética**: Uma empresa pública, pertencente à administração pública indireta do Ceará, está prestando contas ao Tribunal de Contas do Estado. **Assertiva**: a situação apresentada se configura como uma modalidade de controle externo, ainda que ocorra dentro do mesmo estado.

60 Uma sociedade de economia mista que explora atividade econômica está sujeita ao regime falimentar.

Acerca das leis nº 9.784/1999 e nº 8.666/1993, julgue os itens subsequentes.

61 **Situação hipotética**: em um determinado processo administrativo, houve resultado desfavorável para Thales, servidor público federal, porém, houve manifestamente parcialidade na decisão de José, autoridade julgadora. Thales entrou com recurso e, para evitar que se repetisse a parcialidade na decisão do recurso, César, superior de José, avocou a competência de julgar o recurso. **Assertiva**: a situação é irregular, devido às condutas de José e César.

62 A teoria da imprevisão engloba os fatos extracontratuais imprevisíveis e também englobam fatos previsíveis, desde que estes sejam improváveis de antever as consequências dos fatos impeditivos ou retardadores da execução.

Sobre os conceitos acerca da Constituição Federativa do Brasil e seus princípios fundamentais, julgue o item a seguir.

63 As normas programáticas, assim como o dispositivo constitucional que trata do salário mínimo, funcionam como direcionador para uma situação ideal, portanto não gera obrigatoriedade de seu íntegro cumprimento.

64 A cidadania e o pluripartidarismo são fundamentos que ajudam a construir o Estado Democrático de Direito.

Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, julgue os itens a seguir.

65 Segundo a jurisprudência do STF, o duplo grau de jurisdição se configura como uma garantia constitucional.

66 De acordo com a Constituição, a participação na gestão da empresa trata-se de um direito social que será exercido apenas de maneira excepcional.

Acerca da organização do Estado, julgue o item subsequente.

67 Será incompatível com a Constituição Federal se o Estado do Ceará suplementar lei emitida pela União no que se refere à

concessão de benefícios e serviços no âmbito da previdência social, já que se trata de uma competência exclusiva da União.

Sobre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue os itens seguintes.

68 As medidas provisórias são atos normativos primários, em que seus pressupostos são dotados de objetividade, por serem atos jurídicos determinados.

69 **Situação hipotética**: Um hipotético Presidente da República atentou diretamente contra a probidade da administração. **Assertiva**: considerando que a acusação foi aceita pela Câmara dos Deputados, o Presidente será julgado pelo Senado Federal.

70 O Conselho Nacional de Justiça e o STF exercem, concomitantemente, as funções de órgão máximo e de corte constitucional.

71 Os Tribunais Regionais Federais não podem instalar a justiça itinerante, já que haverá violação das competências territoriais.

Sobre as funções essenciais à justiça, julgue o item subsequente.

72 Compete ao Ministério Público a requisição de diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

Julgue os itens a seguir que versam sobre a ordem social.

73 A Constituição afirma que os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, em contrapartida, todos os filhos têm o dever de amparar os pais na velhice, enfermidade ou carência.

74 As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto concorrentemente com o Estado quanto às riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Acerca do controle de constitucionalidade, julgue o item a seguir.

75 O controle de constitucionalidade, via de regra, ocorre em constituições escritas e rígidas, porém, admite-se o controle, de maneira pontual, em constituições flexíveis.

Acerca dos conceitos presentes na LINDB, julgue o item a seguir.

76 Se não houver disposição em contrário, a lei vigorará, no ordenamento jurídico brasileiro, em sessenta dias após a sua publicação oficial.

Sobre as pessoas naturais e jurídicas presentes no Código Civil, julgue os itens subsequentes.

77 **Situação hipotética**: João possui quatorze anos e trabalha como menor aprendiz, porém é considerado como ébrio habitual. **Assertiva**: João será representado, uma vez que é absolutamente incapaz.

78 As associações não podem, em qualquer hipótese, ter finalidade econômica.

Sobre os bens e negócios jurídicos, julgue os itens a seguir.

79 Os direitos pessoais de caráter patrimonial, por serem subjetivos, não se classificam como bens móveis ou imóveis.

80 Nos negócios jurídicos, as consequências jurídicas, quando ocorrem no decorrer da vida dos interessados, são classificados como inter vivos e solenes.

Acerca dos direitos de personalidade, julgue o item subsequente.

81 De acordo com os aspectos doutrinários, os direitos de personalidade são absolutos.

Sobre os atos ilícitos, prescrição e decadência, de acordo com o Código Civil, julgue os itens subsequentes.

82 **Situação hipotética**: Maria foi alertada pelo seu advogado, Carlos, que a prescrição de seu caso seria interrompida, mas seria por uma única vez. **Assertiva**: é cabível que a interrupção da prescrição do caso de Maria se tratasse de protesto cambial.

83 A destruição de coisa alheia, ainda que com finalidade de remover perigo iminente, será considerada a prática de ato ilícito.

Sobre os direitos das obrigações e contratos, julgue os itens a seguir.

84 Nos contratos civis, os critérios paritários e simétricos não são, a priori, presumidos.

85 A obrigação de fazer está relacionada a prestações negativas ou prestações de serviços.

Sobre a lei nº 8.078/1990 e suas alterações (Código de Defesa do Consumidor), julgue o item a seguir.

86 Para efetivar a execução da Política Nacional das Relações de Consumo, o poder público criará Juizados Especiais de Pequenas Causas e Varas Especializadas para a solução de litígios de consumo.

Sobre as normas processuais civis, jurisdição e ação, julgue os itens a seguir.

87 É defeso a pluralidade de ofícios de justiça em um único juízo.

88 Independentemente de ocorrer violação de direito, é admissível a ação meramente declaratória.

Acerca dos pressupostos processuais, da preclusão e dos sujeitos do processo, julgue os itens subsequentes.

89 Os pressupostos negativos de validade podem ser exemplificados por inexistência de perempção, litispendência e coisa julgada.

90 Ocorrerá a preclusão consumativa do recurso para a parte que aceitar, ainda que tacitamente, sentença que lhe foi desfavorável.

No que se refere às disposições sobre o procedimento comum, julgue o item a seguir.

91 A fase postulatória engloba a produção de prova, por outro lado, a fase executória está ligada ao cumprimento do direito.

Julgue os itens a seguir acerca dos conceitos sobre o Juiz, o Ministério Público e a Defensoria Pública.

92 **Situação hipotética**: em um processo na esfera civil, Bianca, que é juíza, é amiga de Lourdes que figura como ré. **Assertiva**: Diante deste caso, Bianca será necessariamente suspeita e não poderá atuar no processo.

93 **Situação hipotética**: Considere que houve intervenção, como fiscal da ordem jurídica, do Ministério Público em um determinado processo civil. **Assertiva**: O Ministério Público terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo, além de poder produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer.

94 O servidor que faz parte do quadro de pessoal como membro da Defensoria Pública será civilmente responsável quando agir com fraude no exercício de suas funções.

Sobre os atos processuais e as nulidades, julgue os itens subsequentes.

95 Em relação aos atos processuais, é desnecessário que haja despacho quando se tratar da vista obrigatória, por outro lado é vedado lançar nos autos cotas marginais ou interlineares.

96 Em se tratando de eficiência processual, o instituto da nulidade não recai sobre as citações e as intimações, ainda que haja inobservância das prescrições legais.

Com relação às provas e às tutelas, julgue o item a seguir.

97 A parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa se a sentença lhe for desfavorável, existindo ou não a reparação por dano processual.

98 Uma das vantagens da produção antecipada de provas é o fato de prevenir a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.

Acerca da ação civil pública, julgue o item a seguir.

99 A ação civil pública compreende interesses coletivos, com objeto indivisível e determinação relativa dos titulares.

Acerca dos princípios penais e do crime, julgue os itens subsequentes.

100 **Situação hipotética**: Lineu, quando acordou, notou que sua moto estava totalmente quebrada, assim deu parte do caso à polícia, porém, ao visualizar as câmeras de segurança, notou-se que o próprio Lineu causou os danos à moto. **Assertiva**: Sabendo que Lineu sofre de transtorno de múltipla personalidade, é correto afirmar que não há crime na conduta, devido ao princípio da alteridade.

101 **Situação hipotética**: Dulce formulou mentalmente o assassinato de sua chefe, Ângela, e fez um esboço detalhado em um papel. **Assertiva**: Dulce não será punida, a priori, pois não houve tentativa.

Com relação ao concurso de pessoas, punibilidade e ação penal, julgue os itens subsequentes.

102 Será isento da punibilidade aquele que, ainda que envolvido num concurso de pessoas, teve uma participação enquadrada como participação de menor importância.

103 A legítima defesa acarreta exclusão de ilicitude somente quando o autor da legítima defesa é, ao mesmo tempo, a vítima da agressão.

104 **Situação hipotética**: Marcela renunciou, tacitamente, ao direito de queixa. **Assertiva**: Marcela não poderá mais exercer o direito de queixa após a renúncia, caso mude de ideia.

Julgue os itens a seguir em relação aos crimes contra o patrimônio, contra a família e contra a administração pública.

105 O emprego de chave falsa é uma qualificadora do crime de roubo.

106 O crime de bigamia será descaracterizado caso haja anulação do primeiro ou do segundo casamento, independentemente do motivo.

107 **Situação hipotética**: Rubens, servidor público do INSS, pediu exoneração do cargo, porém, no dia seguinte, voltou à repartição para pegar o resto de seus pertences e acabou, de boa-fé, por atender uma senhora que buscava informações sobre auxílio reclusão. No sistema constava informações que o benefício era indevido pela não complementação dos requisitos necessários, isto gerou fúria na senhora que xingou Rubens e este acabou por empurrar a mulher no chão, e esta teve traumatismo craniano devido à queda. **Assertiva**: Rubens cometeu crime de exercício funcional ilegalmente prolongado contra a administração pública, o qual é exercido por servidor público, ainda que tenha pedido exoneração, e ainda cometeu violência arbitrária.

Com relação aos crimes contra a dignidade sexual, julgue o item a seguir.

108 O ato de filmar, por qualquer meio, conteúdo com cena de ato sexual, de caráter íntimo e privado, sem autorização dos participantes é crime punível com reclusão.

Com relação as Leis n.º 12.850/2000 e n.º 9.613/1998, julgue os itens subsequentes.

109 Para que uma organização criminosa seja legalmente considerada, é necessário que ocorra a associação de ao menos três integrantes.

110 Os casos de lavagem de dinheiro, quando praticados contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira, ou em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, serão julgados pelo Supremo Tribunal Federal.

De acordo com os princípios do processo penal e os conceitos sobre inquérito policial, julgue os itens a seguir.

111 O inquérito policial possui natureza de procedimento judicial, portanto é necessário observar o contraditório e a ampla defesa.

112 A recente decisão do STF em revogar a medida a qual aplicava a prisão em segunda instância, sem a ocorrência do trânsito em julgado, teve, como um dos pilares da fundamentação, o princípio da presunção de inocência.

Em relação à ação civil *ex delicto* e às provas, julgue os itens a seguir.

113 As provas ilícitas violam as normas de direito material, ao passo que as provas ilegítimas violam as normas de direito processual.

114 A ação civil *ex delicto* trata-se da ação ajuizada pelo ofendido, na esfera penal, para obter indenização pelo dano causado por conduta tipificada como crime.

Acerca da prisão e da liberdade provisória, julgue o item subsequente.

115 Se não houver autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão em flagrante, a prisão será comunicada ao juiz mais próximo para que este relaxe a prisão.

Com base nas citações, intimações e procedimentos processuais, julgue os itens a seguir.

116 É cabível citação mediante precatória quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante.

117 **Situação hipotética**: Marcos veio prestar uma queixa para uma situação a qual possuía causa para exercício de ação penal, porém faltou um pressuposto processual. **Assertiva**: A queixa, neste caso, será aceita.

Sobe as nulidades e recursos em geral, julgue os itens subsequentes.

118 Quando houver a determinação do arresto, o juiz poderá, de ofício, interpor recurso.

119 É cabível que ocorra renovação ou retificação para os atos processuais que não tiveram suas respectivas nulidades sanadas.

Acerca da jurisprudência dos tribunais superiores em matéria processual penal, julgue o item subsequente.

120 É inaplicável o princípio da fragmentariedade no crime de manter casa de prostituição, imputado aos pacientes, os bens jurídicos protegidos são a moralidade sexual e os bons costumes, valores de elevada importância social a serem resguardados pelo direito penal.

Espaço livre

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- A discursiva deve ser **manuscrita**, porém prezando pela **legibilidade**, pois este fator constitui entre 10 a 15% das eliminações em concursos públicos, o texto será avaliado conforme os critérios especificados em edital.
- Ao finalizar a discursiva, digitalize o texto (foto ou scanner) e encaminhe para o endereço de e-mail **contato@acasadosimulado.com.br** com o assunto: **DISCURSIVAS – MP-CE - ANALISTA**.
- Atenção máxima ao enviar para nosso e-mail correto, acusaremos recebimento do arquivo/e-mail caso nos enviar corretamente. Lembrando que só será corrigida a discursiva se o inscrito optar pela correção no momento da compra e **o prazo de correção é de 5 dias úteis após a data do envio da discursiva para nosso e-mail** para o envio posterior após a data da aplicação online do simulado.
- O texto dissertativo valerá **30,00 pontos**.

É a forma de como se organiza a educação regular no Brasil. Essa organização se dá em sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A Constituição Federal de 1988, com a Emenda Constitucional n.º 14, de 1996 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída pela lei nº 9394, de 1996, são as leis maiores que regulamentam o atual sistema educacional brasileiro.

A atual estrutura do sistema educacional regular compreende a educação básica – formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – e a educação superior. De acordo com a legislação vigente, compete aos municípios atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil e aos Estados e o Distrito federal, no ensino fundamental e médio. O governo federal, por sua vez, exerce, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, cabendo-lhe prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Além disso, cabe ao governo federal organizar o sistema de educação superior.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, é oferecida em creches, para crianças de até 3 anos de idade e em pré-escolas, para crianças de 4 a 6 anos. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, é obrigatório e gratuito na escola pública, cabendo ao Poder Público garantir sua oferta para todos, inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria. O ensino médio, etapa final da educação básica, tem duração mínima de três anos e atende a formação geral do educando, podendo incluir programas de preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional.

Internet: <https://www.educabrasil.com.br/sistema-educacional-brasileiro/>

Considerando o texto com caráter unicamente motivador, elabore seu texto abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

1 A eficiência do sistema educacional público brasileiro. **[valor: 10,00 pontos]**

2 As consequências econômicas decorrentes do sistema educacional brasileiro. **[valor: 9,00 pontos]**

3 A relação entre o avanço tecnológico e as novas formas de ensino. **[valor: 9,00 pontos]**

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

FOLHA DEFINITIVA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

MP-CE – ANALISTA MINISTERIAL - DIREITO - 2020
NOME DE CANDIDATO(A):

SIMULADO – DATA | **DURAÇÃO** | **RESULTADO**

ASSINATURA DO CANDIDATO(A)

FOLHA DE RESPOSTAS

INSTRUÇÕES

- Verifique os seus dados pessoais, inseridos no cabeçalho constante do topo desta página
- Não é permitida marca identificadora nesta **FOLHA DE RESPOSTAS**.
- Marque as suas respostas nesta **FOLHA DE RESPOSTAS**, nos campos apropriados, conforme o **EXEMPLO DE PREENCHIMENTO**.
- A **FOLHA DE RESPOSTAS** é o único documento que será utilizado para a correção eletrônica de sua(s) prova(s) objetiva(s). Não amasse, não dobre nem rasure a sua **FOLHA DE RESPOSTAS**. As marcações na **FOLHA DE RESPOSTAS** só podem ser feitas com caneta esferográfica de **tinta preta fabricada e material transparente**. Não será permitido o uso de lápis (grafite), marca-texto e(ou) borracha.
- Em nenhuma hipótese haverá substituição desta **FOLHA DE RESPOSTAS** por erro de preenchimento do(a) candidato(a).

SALA

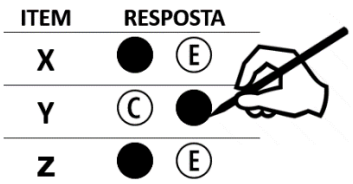
PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
CANDIDATO AUSENTE
○ ← SIM

Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço, com a sua caligrafia usual, a instrução n. X do seu caderno de prova(s).

EXEMPLO DE PREENCHIMENTO

As marcações das respostas descritas ao lado, relativas aos itens **X**, **Y** e **Z**, deverão ser feitas conforme a ilustração.

– resposta à **questão X** = C
– resposta à **questão Y** = E
– resposta à **questão Z** = C



Preencha os **círculos** e com nitidez, utilizando caneta esferográfica de **tinta preta**.

ITEM	RESPOSTA	ITEM	RESPOSTA	ITEM	RESPOSTA	ITEM	RESPOSTA	ITEM	RESPOSTA	ITEM	RESPOSTA
X	Ⓒ Ⓔ	21	Ⓒ Ⓔ	41	Ⓒ Ⓔ	61	Ⓒ Ⓔ	81	Ⓒ Ⓔ	101	Ⓒ Ⓔ
Y	Ⓒ Ⓔ	22	Ⓒ Ⓔ	42	Ⓒ Ⓔ	62	Ⓒ Ⓔ	82	Ⓒ Ⓔ	102	Ⓒ Ⓔ
Z	Ⓒ Ⓔ	23	Ⓒ Ⓔ	43	Ⓒ Ⓔ	63	Ⓒ Ⓔ	83	Ⓒ Ⓔ	103	Ⓒ Ⓔ
4	Ⓒ Ⓔ	24	Ⓒ Ⓔ	44	Ⓒ Ⓔ	64	Ⓒ Ⓔ	84	Ⓒ Ⓔ	104	Ⓒ Ⓔ
5	Ⓒ Ⓔ	25	Ⓒ Ⓔ	45	Ⓒ Ⓔ	65	Ⓒ Ⓔ	85	Ⓒ Ⓔ	105	Ⓒ Ⓔ
6	Ⓒ Ⓔ	26	Ⓒ Ⓔ	46	Ⓒ Ⓔ	66	Ⓒ Ⓔ	86	Ⓒ Ⓔ	106	Ⓒ Ⓔ
7	Ⓒ Ⓔ	27	Ⓒ Ⓔ	47	Ⓒ Ⓔ	67	Ⓒ Ⓔ	87	Ⓒ Ⓔ	107	Ⓒ Ⓔ
8	Ⓒ Ⓔ	28	Ⓒ Ⓔ	48	Ⓒ Ⓔ	68	Ⓒ Ⓔ	88	Ⓒ Ⓔ	108	Ⓒ Ⓔ
9	Ⓒ Ⓔ	29	Ⓒ Ⓔ	49	Ⓒ Ⓔ	69	Ⓒ Ⓔ	89	Ⓒ Ⓔ	109	Ⓒ Ⓔ
10	Ⓒ Ⓔ	30	Ⓒ Ⓔ	50	Ⓒ Ⓔ	70	Ⓒ Ⓔ	90	Ⓒ Ⓔ	110	Ⓒ Ⓔ
11	Ⓒ Ⓔ	31	Ⓒ Ⓔ	51	Ⓒ Ⓔ	71	Ⓒ Ⓔ	91	Ⓒ Ⓔ	111	Ⓒ Ⓔ
12	Ⓒ Ⓔ	32	Ⓒ Ⓔ	52	Ⓒ Ⓔ	72	Ⓒ Ⓔ	92	Ⓒ Ⓔ	112	Ⓒ Ⓔ
13	Ⓒ Ⓔ	33	Ⓒ Ⓔ	53	Ⓒ Ⓔ	73	Ⓒ Ⓔ	93	Ⓒ Ⓔ	113	Ⓒ Ⓔ
14	Ⓒ Ⓔ	34	Ⓒ Ⓔ	54	Ⓒ Ⓔ	74	Ⓒ Ⓔ	94	Ⓒ Ⓔ	114	Ⓒ Ⓔ
15	Ⓒ Ⓔ	35	Ⓒ Ⓔ	55	Ⓒ Ⓔ	75	Ⓒ Ⓔ	95	Ⓒ Ⓔ	115	Ⓒ Ⓔ
16	Ⓒ Ⓔ	36	Ⓒ Ⓔ	56	Ⓒ Ⓔ	76	Ⓒ Ⓔ	96	Ⓒ Ⓔ	116	Ⓒ Ⓔ
17	Ⓒ Ⓔ	37	Ⓒ Ⓔ	57	Ⓒ Ⓔ	77	Ⓒ Ⓔ	97	Ⓒ Ⓔ	117	Ⓒ Ⓔ
18	Ⓒ Ⓔ	38	Ⓒ Ⓔ	58	Ⓒ Ⓔ	78	Ⓒ Ⓔ	98	Ⓒ Ⓔ	118	Ⓒ Ⓔ
19	Ⓒ Ⓔ	39	Ⓒ Ⓔ	59	Ⓒ Ⓔ	79	Ⓒ Ⓔ	99	Ⓒ Ⓔ	119	Ⓒ Ⓔ
20	Ⓒ Ⓔ	40	Ⓒ Ⓔ	60	Ⓒ Ⓔ	80	Ⓒ Ⓔ	100	Ⓒ Ⓔ	120	Ⓒ Ⓔ

como tirar o máximo proveito de um simulado?

1 Escolha um lugar reservado e silencioso para realizar o simulado. Se mora com mais pessoas, avise-as para que não incomodem durante a realização.

2 Durante a prova, mantenha-se sempre hidratado. Estudos comprovam a eficiência entre a água e o bom desempenho mental.

3 Observe no edital do seu concurso qual será a duração do certame e faça o simulado no tempo equivalente. Aprenda a distribuir o tempo entre as questões. Não deixe para descobrir no dia da prova quais tipos de questões merecem mais tempo da sua atenção.

4 Depois do término do simulado, confira o gabarito, analise quais são seus pontos fortes e os pontos fracos para o devido ajuste no seu cronograma de estudos.

A CASA DO SIMULADO